

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE**  
2 **BELO HORIZONTE – CMAS/BH**

---

3  
4 **Ata da 103ª Plenária do Conselho Municipal de**  
5 **Assistência Social de Belo Horizonte – CMAS/BH**  
6

7 Aos onze de abril de 2007, no auditório da Casa dos Conselhos, situado na Rua Eurita, 587 –  
8 Bairro Santa Tereza, foi iniciada a 103ª Plenária Ordinária do Conselho Municipal de  
9 Assistência Social – CMAS/BH. A presidente Sandra Regina Ferreira Barbosa iniciou a  
10 reunião fazendo a leitura das justificativas de ausências dos seguintes conselheiros e  
11 colaboradores: Raquel Seixas, Edna Lúcia Andrade do Carmo Pinto, Letícia Coelho e a  
12 colaboradora Regina Coeli. Logo após, Sandra explicou que a Ata não foi enviada para a  
13 casa dos Conselheiros devido a problemas com a máquina de xerox e fez a proposta de  
14 fazer a leitura, a discussão e a aprovação das duas últimas Atas na próxima plenária. A  
15 proposta foi aprovada com 20 votos a favor e 01 abstenção. Em seguida, Sandra Regina  
16 apresentou os pontos de pauta: 1) Apresentação e discussão da Renovação de Inscrição de  
17 Entidades de Educação; 2) Discutir Mensagens e Comunicados da Secretaria Municipal  
18 Adjunta de Assistência Social - SMAAS; 3) Discutir a realização da VII Conferência Municipal  
19 de Assistência Social; 4) Apresentação da Proposta de Capacitação dos Conselheiros.  
20 Sandra informou que ficaria na plenária até as 15 horas e 30 minutos em função de sua  
21 participação no curso sobre Orçamento Público em Brasília e a Secretária Geral Léa Lúcia  
22 Cecílio Braga em seguida conduziria a plenária. Em seguida, Sandra convocou a conselheira  
23 e vice-coordenadora da Comissão de Normas, Rosemary Araújo Torres para a apresentação  
24 do primeiro ponto de pauta - Apresentação e Avaliação do Processo de Renovação de  
25 Inscrição das Entidades de Educação. Rosemary fez a apresentação da Renovação da  
26 Inscrição da Associação Educacional Escolápia Feminina, localizada na rua Salinas, 928 –  
27 Floresta e suas ações são de âmbito Nacional, com atuações em São Paulo, Sergipe e Minas  
28 Gerais. Informou que a Associação possui Renda Bruta de R\$ 13.173.427,63, a gratuidade a  
29 ser aplicada foi de R\$ 2.634.685,60 e a gratuidade aplicada em BH foi de R\$ 2.810.763,49,  
30 ou seja, mais de 100% da gratuidade a ser aplicada. A Associação apresentou como  
31 justificativa de gratuidade os serviços existentes na Escola Madre Paula e no Colégio São  
32 José. A Escola Madre Paula está situada na região Norte, no bairro Providência, atendendo a  
33 575 alunos com gratuidade de 100%, com custo anual de R\$ 2.745.377,25. O Colégio São  
34 José, localizado no bairro Floresta, atende a 32 alunos com bolsa, com o custo anual de R\$  
35 65.386,24. A Entidade tem ainda parceria com o Conselho Central de Belo Horizonte –  
36 SSVP, com um custo anual de R\$ 3.600,00 em atendimento a 12 famílias em situação de  
37 vulnerabilidade social fornecendo cesta básica. A observação feita é que a entidade não é  
38 inscrita no Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS porque a mantenedora não se  
39 encaixa nos critérios da resolução 31/2003, ou seja, com sede e atuação em Belo Horizonte,  
40 a sede em BH e com outra filial em São Paulo – Colégio Madre Paula, cujos recursos são  
41 direcionados para aplicação de gratuidade em Belo Horizonte. Rosemary informou que a  
42 Comissão de Normas avaliou e emitiu parecer favorável à renovação, mesmo porque a

43 gratuidade aplicada em BH ultrapassa o estabelecido. Após a apresentação, não houve  
44 nenhuma manifestação dos conselheiros e a renovação foi aprovada com 23 votos. A outra  
45 entidade apresentada foi o Instituto Sagrada Família – Unidade Caiçara Maria – Província  
46 Santa Clara. Rosemary informou que a entidade é de âmbito Estadual. O Instituto possui  
47 renda bruta de R\$ 5.511.908,11, a gratuidade a ser aplicada foi de R\$ 1.102.381,60 e  
48 gratuidade a ser aplicada em Belo Horizonte foi de R\$ 1.212.432,00, ultrapassando a 100%.  
49 O Instituto apresentou como justificativa de gratuidade o convênio com a Creche  
50 “Comunidade Infantil Príncipe da Paz” para atender 50 crianças de 0 a 06 anos; localizada na  
51 Rua Iraci Carneiro, 10 – Caiçara – Região Noroeste. O valor do convênio é de R\$  
52 4.500,00/mês e valor anual de R\$ 54.000,00. Outra parceria é com a APAE/BH da região  
53 leste, localizada na Rua Cristal, 78 – Santa Tereza – Região Leste, sendo o valor mensal de  
54 R\$3.600,00 e anual de R\$ 43.200,00. Outro Projeto é o Projeto Pré-Vestibular Comunitário  
55 Santa Terezinha – 60 alunos, com Custo Anual de R\$ 4.500,00. para pagamento de um  
56 funcionário. O EJA – Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental e Médio,  
57 atendendo um total de 336 alunos, com o Custo Anual de R\$ 812.891,52. Benefícios  
58 complementares do EJA: lanche, material didático e vale-transporte. Curso de Inclusão  
59 Digital para 48 alunos do EJA, aulas de informática com o custo anual de R\$ 9.120,96 e a  
60 concessão de bolsas de estudo de acordo com os critérios da resolução 020/00 do  
61 CMAS/BH, para 76 alunos do Ensino Regular Diurno no valor de R\$ 248.632,21, além de  
62 bolsas de estudos para 09 alunos em Universidade oriundos do Pré-vestibular Comunitário  
63 Santa Terezinha, com custo anual de R\$ 40.087,28. Rosemary informou que pelo valor  
64 aplicado pela entidade o parecer da Comissão de Normas foi favorável. Em seguida, Sandra  
65 abriu espaço para discussões e esclarecimentos. Léa Lúcia Cecílio Braga solicitou que a  
66 assistente social da entidade Mirtes Pereira dos Santos, pontuasse quais dos serviços  
67 prestados pela instituição estão vinculados à assistência social, uma vez que não percebeu a  
68 aplicação voltada para a assistência, a não ser a APAE, as outras ações são voltadas para a  
69 educação. Mirtes esclareceu que as parcerias procuram atender o público alvo da  
70 Assistência Social. Disse que atualmente são 350 alunos no EJA, público alvo da Assistência  
71 Social oriundo do aglomerado, visto que na região há carência de ensino médio. A APAE  
72 atende a portadores de deficiência que também é público da assistência. Foi criado o espaço  
73 que atende a jovens, crianças e adultos com bolsas de 100% desde que passe por avaliação  
74 sócio-econômica e seja constatado ter perfil do público da assistência. Léa disse que gostaria  
75 de ouvir a Comissão de Normas e o entendimento que se teve. A técnica da Secretaria  
76 Executiva Rosângela Cristina dos Santos esclareceu que a gratuidade passa por algumas  
77 vias de justificativas, afim de certificação para a filantropia. Informou que as possibilidades de  
78 justificativas de gratuidade, seja na área da Assistência Social, com execução direta ou  
79 através de parcerias com entidades inscritas no Conselho. Informou que a Comissão tem a  
80 tarefa de averiguar o teor das parcerias e também a gratuidade que é aplicada, seja através  
81 da própria execução direta ou em concessão de bolsas de estudo, EJA e outros. Explicou  
82 quais seriam as possibilidades de justificativa de gratuidade (concessão de bolsas de  
83 estudos, EJA, etc.) normatizadas pelo Conselho, mas desde que esse público passe por uma  
84 avaliação sócio-econômica realizada por um assistente social que venha comprovar e

85 apresentar esse relatório ao Conselho, com todos os dados dos alunos (renda per capita,  
86 endereço, grupo familiar). Rosângela disse que o principal objeto de análise é a renda per  
87 capita de até 1 salário mínimo e que também é solicitado que a instituição de ensino venha  
88 oferecer outros tipos de serviços para a inclusão desse público. Finalizou dizendo que as  
89 parcerias com instituições inscritas no CMAS, em sua grande maioria são com Creches  
90 Comunitárias, para pagamento de recursos humanos dessas entidades. Ressaltou que a  
91 execução de projetos próprios tem que estar em consonância com a Política Nacional de  
92 Assistência Social - PNAS. Léa questionou se Rosângela havia respondido como técnica do  
93 Conselho ou como representante da Comissão de Normas e gostaria de saber se mais  
94 alguém da Comissão teria algum posicionamento porque estaria fazendo um  
95 encaminhamento. A conselheira Rosemary se manifestou dizendo que os serviços  
96 executados pela Província Santa Clara, pode-se pontuar a distribuição de lanches dentro das  
97 normas de segurança alimentar, material didático e vale-transporte são oferecidos como  
98 assistência ao estudante. Rosemary concluiu dizendo que o parecer da Comissão de Normas  
99 foi favorável e que as ações estão em consonância com a PNAS. O conselheiro Luiz  
100 Fernando de Abreu Xavier chamou a atenção ressaltando que a entidade está inserida no  
101 âmbito estadual, mas ela investe mais de 100% no município de Belo Horizonte, sendo que  
102 não é obrigada a fazer. A assistente social Mirtes acrescentou que a Província Santa Clara  
103 também mantém na região Noroeste atendimento médico, odontológico e fisioterápico, sem  
104 citar outros tipos de trabalhos desenvolvidos na região metropolitana de Belo Horizonte e em  
105 Minas Gerais. Logo, Léa chamou a atenção pelo fato de que para a PBH, mais do que um  
106 certificado, significa abrir a porta para o sistema de conveniamento no Sistema Municipal de  
107 Belo Horizonte. Disse que nesse sentido o que interessa saber é sobre as atividades voltadas  
108 para o município, pois o Conselho tem atuação aqui, não respondemos por outros  
109 municípios. Outra coisa a se pensar é que para nós que trabalhamos com a Assistência  
110 Social, a complementação do serviço é muito importante. Disse que é importante que a  
111 educação alcance os usuários da Assistência Social. Léa deu um exemplo típico que  
112 acontece na divisa de Sabará com Belo Horizonte, que no bairro Alto Vera Cruz, uma rua  
113 pertence a BH e a outra já é do Município de Sabará e por isso pode ocorrer da pessoa ser  
114 público da assistência, mas não usuário da Assistência Social de Belo Horizonte. Disse que é  
115 importante que os serviços prestados pelo Colégio atenda os programas da rede social do  
116 município, como os Núcleos de Apoio a Família – NAF's, Serviço de Orientação Sócio-  
117 Familiar - SOSF's e outros. Léa finalizou indicando que o Conselho possa aperfeiçoar nesse  
118 sentido e que a Comissão de Normas venha trabalhar com a clareza de que as parcerias  
119 estejam complementando o SUAS nessa lógica. Mirtes enfatizou que são priorizados os  
120 encaminhamentos feitos pelos NAF's e que recebem o público do Conselho tutelar, jovens  
121 em cumprimento de medidas sócio-educativas que para a entidade é muito mais fácil. Disse  
122 que desde quando a entidade recebeu as orientações do Conselho, foi aberto esse canal  
123 para todas as entidades e programas da Assistência Social. Mirtes finalizou convidando a  
124 todos os presentes na plenária para conhecer o trabalho da entidade. A conselheira Katia  
125 Rochael Rodrigues, colocou que a questão levantada por Mirtes sobre o fluxo de serviços da  
126 Assistência Social na regional, do CRAS e CLAS, do Conselho Tutelar é muito importante.

127 Com isso, propôs que a Comissão de Normas pensasse e aprofundasse a discussão sobre o  
128 estabelecimento de fluxos entre o CLAS e CRAS e os serviços da Assistência Social na  
129 regional, para encaminhamento do público, com as entidades que tem o seu certificado  
130 aprovado. Em seguida, a renovação da entidade foi colocada em votação e aprovada com 26  
131 votos a favor e 01 abstenção. Em seguida, Léa passou para o 2º ponto de pauta: Discutir  
132 Mensagens e Comunicados da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Léa fez a  
133 leitura da mensagem 006/07 de abertura de conveniamento de entidades sociais para o  
134 serviço de Formação Sócio Profissional. Após a leitura, Léa convidou as representantes da  
135 Secretaria Municipal de Políticas Sociais e da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência  
136 Social – SMAAS para apresentar a mensagem. Ana Cristina Mortimer de Carvalho  
137 representante da Secretaria Municipal de Políticas Sociais iniciou sua fala dizendo que o  
138 Programa foi criado para direcionar as ações de qualificação profissional no município. Disse  
139 que o objetivo é não sobrepor ações de qualificação, já que diversas Secretarias executam  
140 essa atividade, mas melhorar a qualidade da qualificação profissional para que todos os  
141 certificados emitidos sejam bem recebidos no mercado de trabalho. Informou que esse  
142 Programa possui uma Comissão que trabalha desde o ano passado, buscando integrar todas  
143 as Secretarias, partindo da idéia de respeito às legislações de cada Secretaria que compõe o  
144 objetivo do Programa de Qualificação Municipal. A representante da SMAAS, Ralise Cássia  
145 Macedo, da Gerência de Proteção Social e Inclusão Produtiva complementou dizendo que a  
146 SMAAS tem um investimento muito anterior a implantação desse Programa Municipal. Esse  
147 investimento que a Assistência faz desde 1993 é o maior que está no Fundo Municipal de  
148 Assistência Social. Informou que hoje a SMAAS tem uma rede com 35 entidades e 04  
149 unidades próprias. Disse que em função desse investimento, a SMAAS compõe essa  
150 coordenação, pois tem a função de elaborar e implementar o Programa Municipal de  
151 Qualificação Profissional que até então, não existia ou muitas vezes eram fragmentados e  
152 sobrepostos, mas hoje as diretrizes pedagógicas e políticas são as mesmas de acordo com  
153 os objetivos e prioridades de cada Secretaria. Ralise informou que a SMAAS convocou toda  
154 a rede conveniada para apresentar o Programa que terá novas bases e diretrizes e a SMAAS  
155 fará chamamentos públicos a partir de julho de 2007 em função da lei de parcerias. Em linhas  
156 gerais o Programa prevê ao público alvo das políticas sociais a garantia de lanche, vale-  
157 transporte e a qualificação embasada em estudo de mercado e no perfil do público, tendo em  
158 vista a inserção das pessoas qualificadas. Disse que o detalhamento do chamamento público  
159 será devidamente explicado no edital que está sendo formulado por todas as Secretarias com  
160 a participação das respectivas consultorias jurídicas para não haver descumprimento de  
161 nenhuma exigência legal. Concluiu dizendo que no geral o plano prevê a realização de  
162 cursos e turmas e o recurso disponível para o próximo período – julho de 2007 a julho de  
163 2008 é o valor que se encontra na Mensagem (R\$ 675.820,00), que com base nas novas  
164 diretrizes de financiamento, prevê uma meta de atendimento a 1430 pessoas. Após a  
165 apresentação, Léa abriu espaço para discussões e esclarecimento da plenária, vários  
166 conselheiros se manifestaram tirando dúvidas e solicitando esclarecimentos. Em seguida, a  
167 Mensagem foi colocada em votação e aprovada com 22 votos a favor e 05 abstenções. Logo  
168 após, Léa passou para o Comunicado lembrando que o Comunicado é informação da

169 alteração da rede, ou seja, o serviço está garantido, o usuário está sendo atendido, no  
170 entanto houve uma alteração de entidade. Após o Comunicado ter sido referendado, Léa  
171 passou para o último ponto da Comissão de Financiamento: apresentação da Proposta para  
172 utilização do saldo reprogramável rede SAAC/MDS, referente aos exercícios financeiros de  
173 2005 e 2006. O valor dos recursos referentes ao saldo reprogramável, é resultado  
174 principalmente da nova ordenação implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Social  
175 e Combate à Fome, principalmente no que se refere aos recursos alocados no pagamento de  
176 bolsas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, pertencente à Proteção  
177 Social Especial. Da não apresentação de entidades, mediante Chamamento Público, por um  
178 período de cerca de 6 (seis) meses, para implantação de núcleos do Programa Agente  
179 Jovem, em algumas regionais de Belo Horizonte. Acrescido, também, ao fato de que todos os  
180 recursos financeiros são aplicados, conforme legislação vigente, levando também a um  
181 aumento do saldo disponível. O valor total dos recursos disponíveis é de: R\$ 1.743.844,49  
182 (Hum milhão, setecentos e quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e  
183 quarenta e nove centavos), sendo R\$ 1.004,465,31 (hum milhão, quatro mil, quatrocentos e  
184 sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) oriundos dos saldos dos pisos de cobertura  
185 vinculados à Proteção Social Especial e R\$ 739.379,18 (setecentos e trinta e nove mil,  
186 trezentos e setenta e nove reais e dezoito centavos) oriundos dos saldos dos pisos de  
187 cobertura vinculados à Proteção Social Básica. Estes recursos serão utilizados para  
188 complementar e potencializar ações já realizadas pela SMAAS, respeitadas as diretrizes  
189 estabelecidas pelo MDS para utilização dos saldos reprogramáveis. As ações a serem  
190 realizadas visando a utilização do saldo reprogramável e seus respectivos custos são: 1)  
191 Aquisição de equipamentos (material permanente) para os serviços da Proteção Social  
192 Básica e Especial, visando a reorganização dos processos e a melhoria das condições de  
193 trabalho. Custo: R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Operacionalização: Realização da aquisição  
194 dos materiais via pregão eletrônico, conforme legislação estabelecida pela Casa Civil – PR  
195 em 2005. 2) Potencialização das ações executadas pelos NAF's/CRAS, SOSF's, Sentinela e  
196 Plantões Sociais, na orientação, acompanhamento e encaminhamento dos grupos familiares,  
197 através do realinhamento do convênio para execução destes serviços, envolvendo, técnicos  
198 de nível superior, oficinas, despesas com pessoal de apoio, material de consumo, todos eles  
199 inseridos nos serviços da Assistência Social, em cumprimento aos princípios e diretrizes  
200 estabelecidos pela NOB-RH. Custo anual: R\$ 587.158,80 (quinhentos e oitenta e sete mil,  
201 cento e cinqüenta e oito reais e oitenta centavos). Custo total: R\$ 1.174.317,60 (hum milhão,  
202 cento e setenta e quatro mil, trezentos e dezessete reais e sessenta centavos).  
203 Operacionalização: Formalização de Termo Aditivo aos convênios vinculados aos serviços  
204 NAF, PAIF e Sentinela, pertencentes a Proteção Social Básica e Especial. 3) Elaboração de  
205 proposta técnica para realização de consultoria, avaliações de resultados e capacitações nas  
206 Gerências de Apoio da SMAAS, com a finalidade de produzir e difundir conhecimentos para o  
207 desenvolvimento de habilidades técnicas e gerenciais e exercício do controle social, em  
208 atendimento ao disposto na NOB-RH e em consonância com a implementação do Sistema  
209 Municipal de Assistência Social. Custo total: 252.883,00 (Duzentos e cinquenta e dois mil,  
210 oitocentos e oitenta e três reais). Operacionalização: Formalização de Convênios ou Termo

211 Aditivo aos Convênios que contemplem capacitação, publicações e avaliações. Léa convidou  
212 as representantes da SMAAS, Ana Paula Simões Hilário da Gerência Administrativa e Eliane  
213 Quaresma Caldeira de Araújo da Gerência de Proteção e Promoção Especial. Ana Paula  
214 contextualizou o momento e a nova ordenação que o Governo Federal deu para a utilização  
215 desses recursos. Recordou que no final de 2005, o Governo Federal permitiu a todos os  
216 municípios, até porque era um período de implementação da Política, que reordenassem e  
217 reutilizassem 20% do saldo existente nas contas referentes aos serviços de prestação  
218 continuada, respeitando os níveis de proteção. Disse que o Ministério do Desenvolvimento  
219 Social - MDS vem reordenando e alterando o processo de prestação de contas e o  
220 reaproveitamento dos recursos, até porque o Ministério não quer que os municípios tenham  
221 ao final do ano recursos em conta, não executando e não tendo como executar as ações no  
222 ano seguinte tendo que devolver o recurso ao Ministério. Informou que em função disso, foi  
223 revista a instrução normativa n.º 1, revogando-a e foi alterada a portaria n.º 459 do MDS  
224 através da portaria n.º 351 que permite aos municípios a reutilização ou a reprogramação dos  
225 100% do saldo existente em conta até a data de 31/12/2006, referentes a 2005 e 2006. Ana  
226 Paula deixou claro que a SMAAS está fazendo referência a 2 anos, ou seja, aos 80% do  
227 saldo reprogramável detectado em 31/12/ 2005 e aos 100% do saldo reprogramável  
228 constante nas contas em 31/12/2006. Ressaltou que é importante ficar claro o total do  
229 recurso disponibilizado, a associação dele com o biênio e o que ele representa em função  
230 dos recursos que foram depositados. Disse que a Comissão de Financiamento fez esse  
231 exercício e concluiu que o saldo está girando em torno de 10% do total dos recursos  
232 depositados. Isso significa que a SMAAS está executando mais de 80% dos recursos que o  
233 MDS deposita. Ana Paula finalizou dizendo que as portarias são acessíveis no site do MDS e  
234 que o Conselho tem acesso até para acompanhar e monitorar esse processo. Em seguida,  
235 Eliana Quaresma foi convidada a explicar a proposta do saldo reprogramável. Disse que a  
236 Secretaria fez um esforço de trazer ao Conselho uma proposta pensando tanto na proteção  
237 básica, quanto na proteção especial e buscou focar o trabalhador, uma vez que todo o  
238 trabalho da Assistência Social está na ponta e o principal instrumento é o servidor  
239 qualificado. Então, a SMAAS fez uma proposta pensando nesse investimento, do trabalhador  
240 da área até que se tenha a NOB-RH funcionando. Eliane colocou as três ações que  
241 compunha a proposta. A primeira propõe a troca de mobiliários para o bom funcionamento  
242 dos serviços, a segunda propõe, pensando no trabalhador da ponta: NAF, SOSF, Sentinela e  
243 Plantão Social, nivelar o salário dos profissionais desses serviços que é onde existe uma  
244 diferença. A terceira seria a proposta de capacitação, consultoria e avaliações e para se ter  
245 também habilidades técnicas e gerenciais, exercício do controle social e publicações. Eliane  
246 voltou a questão inicial enfatizando alguns fatores que geraram o saldo, como a migração do  
247 PETI para o Bolsa Família, que mesmo com essa incorporação o MDS continuou  
248 depositando as 900 bolsas, o que fez gerar um saldo na conta. Outra questão foi com relação  
249 a expansão dos núcleos do Agente Jovem, mesmo com isso, o recurso vinha sendo  
250 disponibilizado sistematicamente pelo MDS, então esse recurso também entra no saldo. Por  
251 último, a expansão dos NAF's/CRAS - (Centro de Referência de Assistência Social), o  
252 município recebeu o recurso pela habilitação da gestão plena e como a implantação do

253 CRAS é um processo, o recurso foi depositado mensalmente incorporando ao saldo.  
254 Concluiu dizendo que todo o montante em obrigatoriedade de estar aplicado eleva o valor do  
255 saldo. Após a apresentação, Léa passou a palavra para a conselheira Nelly da Costa  
256 Bittencourt para dar o parecer da Comissão de Financiamento. Nelly disse que a proposta foi  
257 submetida à Comissão de Financiamento e a mesma questionou o porque desses valores  
258 não terem sido aplicados como deveriam, em Programas e em tempo hábil. Citou como  
259 exemplo os abrigos e disse que a desculpa apresentada foi que os abrigos não se  
260 apresentaram para o chamamento público. Ressaltou que os abrigos não se apresentaram  
261 porque o valor repassado é ínfimo e ninguém consegue trabalhar nessa faixa que vem sendo  
262 repassado. Disse que com relação ao primeiro item que se refere a aquisição de  
263 equipamentos e materiais permanentes para os serviços, a Comissão aprovou desde que  
264 seja feita uma coleta de preços e que posteriormente seja prestado contas. Sobre o 2º item,  
265 disse que a Comissão não aprovou porque esse recurso não tem continuidade, então a  
266 Secretaria teria que repensar e apresentar nova proposta para a Comissão. Com relação ao  
267 3º item, também foi aprovado. Nelly finalizou colocando que deve-se acabar com as  
268 contratações, o Conselho não pode mais estar conivente com essa modalidade estabelecida  
269 pelo município em detrimento daqueles profissionais capacitados que podem prestar o  
270 concurso e que estão sendo alijados. Após o parecer, Léa fez o encaminhamento de que a  
271 plenária apreciasse a questão 1 e 3 votando separado. Como a questão do item 2 não teve a  
272 aprovação da Comissão de Financiamento, significaria fazer uma discussão em plenária. As  
273 propostas 1 e 3 foram colocadas em votação sendo aprovadas com 28 votos. Em seguida,  
274 Léa abriu para a discussão do item 2. Vários conselheiros se manifestaram, alguns expõem  
275 suas dúvidas em relação à continuidade do recurso para nivelar o salário dos profissionais  
276 que trabalham nos serviços da ponta da Assistência Social, uma vez que o recurso está  
277 previsto para apenas dois anos. Já outros se manifestaram a favor argumentando que é  
278 necessária a valorização do profissional para que se tenha um serviço prestado com  
279 qualidade, uma vez que se tem uma desigualdade salarial relevante entre os trabalhadores  
280 da Assistência. Contudo, Léa se manifestou enquanto representante da Secretaria  
281 ressaltando que a única proposta que a Secretaria tem é de fazer investimento nos  
282 trabalhadores contratados dentro do Sistema de Assistência Social de Belo Horizonte, ou  
283 seja, a Secretaria não tem outra proposta e caso não seja essa proposta, que o Conselho  
284 apresente uma outra dizendo em que será gasto o recurso, mas a Secretaria defenderá o  
285 investimento nos trabalhadores. Disse que estão trabalhando com a Norma Operacional  
286 Básica de Recursos Humanos – NOB-RH que foi aprovada recentemente e a mesma não  
287 autorizou os municípios a gastar o recurso do Governo Federal com efetivos. Léa informou  
288 que a Secretária Municipal Adjunta de Assistência Social, a Sra. Rosilene Cristina Rocha, o  
289 Gerente Administrativo Roberto César de Assis Fonseca e o Secretário Municipal de Políticas  
290 Sociais Jorge Raimundo Nahas estariam no próximo dia (12 de abril) na Junta de  
291 Coordenação Orçamentária e Financeira - JUCOF para solicitar concursados efetivos do  
292 concurso de assistentes sociais. Disse ainda que a Secretaria está fazendo o movimento  
293 relativo a esta esta proposta com toda tranquilidade, pois a Assistência Social não tem  
294 mecanismos para beneficiar os trabalhadores da ponta como a Política de Educação e da

295 Saúde. A proposta que a Secretaria está fazendo é para atender os trabalhadores que estão  
296 nos NAF's, nos SOSF's, no Plantão Social e não para os técnicos que estão no nível central,  
297 apesar de ter alguns que serão beneficiados porque não é uma proposta excludente. As duas  
298 técnicas deste Conselho entrariam nesta relação como forma de garantir uma equidade  
299 interna, embora não estivessem neste momento na ponta. Concluiu dizendo que essa luta é  
300 de todos, inclusive de todos os Secretários Municipais de Assistência Social e que tem  
301 caminhos a trilhar pela frente, não se esgotando nos saldos de 2005 e 2006 e sim constitui-  
302 se numa luta política permanente. Após os esclarecimentos, Léa abriu novamente para as  
303 discussões da plenária. Vários conselheiros se manifestaram novamente, inclusive o  
304 promotor Celso Penna Fernandes Júnior que colocou que o problema decorrente das  
305 contratações, destas diferenças salariais, acredita que seja pelo fato do município não ter  
306 uma política de Recursos Humanos para o setor, não apenas para a Assistência Social, mas  
307 de modo em geral. Informou que um dos trabalhos que o Ministério Público faz e que ele  
308 pretende fazer é, dentro de um prazo razoável corrigir estas distorções para que estes  
309 concursos públicos sejam realizados e que estas pessoas possam prestar estes serviços  
310 através do concurso. Disse que se fosse conselheiro uma questão que deveria ser colocada  
311 antes da proposta ser votada, é que a Procuradoria Geral do Município - PGM tenha  
312 analisado esta proposta do ponto de vista jurídico. Isto porque a conselheira levantou a  
313 questão e não se sabe a natureza destes contratos. Se for celetista, deveria ser apresentado  
314 ao Conselho e de preferência pela PGM para que os conselheiros possam entrar na questão  
315 do mérito e verificar se merecem ou não merecem. Celso Penna disse achar que os  
316 profissionais merecem, mas o problema é as conseqüências e o Conselho tem que votar  
317 nesse caso específico tendo uma base, pois acha temerário o Conselho aprovar um aumento  
318 indistinto para todos os servidores contratados sem saber quais serão as conseqüências,  
319 uma vez que esse valor aparece agora sem que se saiba se ele continuará. Concluiu dando a  
320 opinião de que pode criar um problema muito grave para daqui a dois anos e que o Conselho  
321 deve ser esclarecido sobre essas questões do ponto de vista jurídico. Em seguida, outros  
322 dois conselheiros se manifestaram. A conselheira Maria Aparecida Baião que ressaltou que a  
323 luta foi sempre de valorizar o Assistente Social, porém esse recurso poderia estender aos  
324 Programas que estão muito precários, uma vez que se trata de muito dinheiro. O conselheiro  
325 Luiz Fernando se remeteu à fala do promotor Celso Penna, atentando para a questão do  
326 parecer jurídico da Procuradoria, pois se o parecer disser que pode fazer o reajuste da forma  
327 como está sendo colocado, os conselheiros ficariam mais tranquilos para votar este processo  
328 de dois anos. Luiz Fernando finalizou dizendo que não se encontrava esclarecido para votar  
329 frente à questão levantada pelo promotor. A conselheira Maria Darci de Souza Vilaça, diante  
330 da fala do Luiz Fernando, sugeriu que a proposta fosse colocada em votação, mas com as  
331 ressalvas e a Secretaria voltaria em uma plenária trazendo todos os esclarecimentos. O  
332 conselheiro Luiz Fernando sugeriu que aguardasse o parecer da Procuradoria para aprovar o  
333 item 2 da proposta. Léa colocou em votação as duas propostas apresentadas pelos  
334 conselheiros Darci e Luiz Fernando. A proposta de aprovar o item 2 condicionado ao parecer  
335 da controladoria obteve 13 votos a favor, ficando a segunda proposta de não aprovar nesta  
336 plenária e voltar em outra com 12 votos. Logo após, Léa deu o informe sobre a inauguração

337 do NAF Petrópolis, na região do Barreiro, no dia 14 de abril de 2007. Outra questão é sobre a  
338 solicitação da conselheira Edna Lúcia que justificou sua ausência, dizendo que quer da  
339 continuidade à discussão do NAF Norte com o Secretário João Gualberto sobre a infra-  
340 estrutura do equipamento. Léa disse que estava conversando com Sandra no início da  
341 plenária e que o Conselho vai solicitar uma audiência com o Secretário da regional Norte  
342 para tratar dessa questão. Sobre a Conferência, colocou que na reunião ocorrida em Brasília  
343 nada foi resolvido com relação ao conteúdo . Este assunto ficou remetido para a próxima  
344 reunião que será em São Paulo, a qual ela e Sandra irão participar. Léa convidou os  
345 membros da Comissão Organizadora da Conferência para uma reunião que acontecerá no  
346 dia 27 de abril às 9 hs, lembrando que conforme alguns pedidos as próximas reuniões  
347 ocorrerão à tarde. Em relação ao espaço, informou que teve 16 notícias sobre lugares e que  
348 o Grupo responsável pela infra-estrutura vai analisar de forma que na próxima reunião já  
349 tenha uma avaliação final. Disse que estão conseguindo adequar um lugar, no caso, a  
350 Serraria Souza Pinto e o Imaco, no centro da cidade para trabalhar a Conferência. Disse que  
351 a Comissão está propondo que as Prés-Conferências aconteçam no período de 20 de maio a  
352 30 de junho. A sugestão é que no máximo três regionais façam reuniões por final de semana  
353 para serem atendidas pelo grupo da mobilização. Finalizando os informes Domingos Sávio  
354 de Araújo, Secretário Executivo do Conselho, informou sobre a reunião ampliada entre os  
355 Conselhos Municipais do Idoso e da Assistência Social que acontecerá no dia 02 de maio às  
356 14:30 hs, no auditório da Secretaria de Políticas Sociais. Serão tratados assuntos comuns  
357 aos dois Conselhos. Informou, também sobre a capacitação para os novos conselheiros, com  
358 data para o dia 03 de maio às 8 hs. O local está para ser definido e todos receberão a  
359 convocação via correio com os pontos a serem trabalhados na capacitação. No final da  
360 plenária a conselheira Nelly informou que o Ministério Público e o Juizado da vara da Criança  
361 e do Adolescente intimou o município com uma liminar para retomar o atendimento que foi  
362 interrompido em dezembro. Disse que essa liminar “lavou sua alma”, pois quando denunciou  
363 a falta de aparelhagem , de capacitação e de serviços foi criticada por uma funcionária da  
364 Assistência Social e da Saúde. Disse que se vai prevalecer ou não, não interessa. O que  
365 interessa é a denúncia que contém a liminar contra o município, mais precisamente contra o  
366 complô que foi formado dentro da Assistência Social e que levou alguns conselheiros a  
367 aprovar medidas que não sabiam do que se tratavam. Léa finalizou a plenária agradecendo a  
368 presença de todos e lembrando as Comissões que reunirão durante o processo da  
369 Conferência. Nada mais havendo, eu Léa Lúcia Cecílio Braga, Secretária Geral do Conselho  
370 Municipal de Assistência Social, lavro e assino a presente ata. Belo Horizonte, 11 de abril de  
371 2007.